

A OPINIÃO DE

Edson Rildo Penha de Alencar

MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS E COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA DE MARKETING, OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIA DA FESPSP

A dependência dos programas sociais

Os programas de transferência de renda têm sido alvo de críticas, pois essa política, muitas vezes, enfatiza o jogo de interesse de controle das massas, de caráter populista e finalidade assistencialista, servindo apenas para ampliar a dependência das famílias, pondo em risco, em razão dos desequilíbrios das forças políticas, o processo democrático na escolha de seus representantes. Não se pode negar essa possibilidade, mas, por outro lado, o que temos visto no Brasil são avanços sociais reais.

Vale lembrar que, no Brasil, as políticas de transferência direta de renda tiveram seu início no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Bolsa-Escola, que tinha como objetivo financiar a educação a famílias de baixa renda com a condicionalidade da frequência escolar.

E qual é a diferença dos programas de transferência de renda direta do atual governo? É sua abrangência. Pois com o governo Lula os programas de transferência de renda direta foram ampliados enormemente, sobretudo com a criação do Bolsa-Família, que atende hoje quase 12 milhões de famílias.

Dados mais recentes levantados pelo IBGE e também pela FGV mostram esses avanços, nos quais, nos últimos 8 anos, 31 milhões de brasileiros ascenderam na escala social e 24 milhões saíram da linha da pobreza extrema. Poucos países no mundo tiveram um avanço tão rápido.

É importante lembrar que as ações complementares e concessão de apoio financeiro temporário direto à família, visando à autossustentação e à melhoria na qualidade dos beneficiários do

programa, só terão razão de existir se tiver como propósito quebrar o ciclo e a geração de pobreza dessas famílias, daí a importância de criar as contrapartidas.

Financiar pobres certamente desperta debates acalorados. Há os que defendem a presença do Estado de forma ainda mais acentuada, que acreditam sobretudo na ideia de que somente o Estado é capaz de resolver o problema da desigualdade social e erradicar a pobreza no País. Há os que acreditam que tais políticas não passam de ações populistas de governos irresponsáveis e que na ponta toda a sociedade terá que arcar com seus gastos, colocando em risco o saneamento das contas públicas.

Nos últimos 8 anos,
31 milhões de brasileiros

ascenderam na escala social e 24 milhões saíram da linha da pobreza extrema

Todavia, o que vemos atualmente é o aumento constante de políticas de transferência direta de renda às famílias carentes no Brasil como tentativa de superação da fome e da pobreza. Os avanços são inegáveis. Porém, se programas sociais têm por objetivo o desenvolvimento das famílias em vulnerabilidade social, de modo que esses beneficiários consigam superar essa situação de vulnerabilidade e pobreza, como manter tais avanços sem que essa dependência crie o ciclo vicioso do processo de dependência de política de governos? ::